

LEI COMPLEMENTAR Nº 900

INSTITUI A CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – COSIP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Angelina, Estado de Santa Catarina, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica instituída, nos termos do art. 149-A da Constituição Federal de 1988, acrescentado pela EC Nº 39/02, de 19/12/2002 a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, devida pelos consumidores Residenciais, Rurais, Comércio, Indústrias, Empresas de Serviço Público, Poder Público e Consumidores Primários de energia elétrica, destinada ao custeio do serviço de iluminação pública.

Parágrafo § 1º - Considera-se serviço de iluminação pública aquele destinado a iluminar vias e logradouros públicos, bem como quaisquer outros bens públicos de uso comum, assim como atividades acessórias de instalação, manutenção e expansão da respectiva rede de iluminação, inclusive a realização de eventos públicos.

Parágrafo § 2º - São contribuintes da COSIP os consumidores situados tanto na área urbana como na área rural.

Art. 2º - A contribuição de que trata o artigo anterior corresponderá ao custo mensal do serviço de iluminação pública, rateado entre os contribuintes, de acordo com os níveis individuais de consumo mensal de energia elétrica, de acordo com a seguinte tabela:

I – CONSUMIDORES RESIDENCIAIS

| FAIXA DE CONSUMO DE ENERGIA | PERCENTUAL POR CONTRIBUINTE SOBRE A TARIFA ILUMIN. PÚBLICA |
|------------------------------------|---|
| 0 a 30 Kwh | 0,50 % |
| 31 a 50 Kwh | 1,20 % |
| 51 a 100 Kwh | 2,20 % |
| 101 a 200 Kwh | 3,12 % |
| 201 a 500 Kwh | 6,00 % |
| 501 a 1.000 Kwh | 12,00 % |
| acima de 1.001 Kwh | 21,60 % |

II – CONSUMIDORES RURAIS

| FAIXA DE CONSUMO DE ENERGIA | PERCENTUAL POR CONTRIBUINTE SOBRE A TARIFA ILUMIN. PÚBLICA |
|-----------------------------|--|
| 0 a 30 Kwh | 0,50 % |
| 31 a 50 Kwh | 1,20 % |
| 51 a 100 Kwh | 2,20 % |
| 101 a 200 Kwh | 3,12 % |
| 201 a 500 Kwh | 6,00 % |
| 501 A 1.000 Kwh | 12,00 % |
| acima de 1.001 Kwh | 21,60 % |

III – CONSUMIDORES DO COMÉRCIO, INDÚSTRIAS E EMPRESAS DE SERVIÇO PÚBLICO

| FAIXA DE CONSUMO DE ENERGIA | PERCENTUAL POR CONTRIBUINTE SOBRE A TARIFA ILUMIN. PÚBLICA |
|-----------------------------|--|
| 0 a 30 Kwh | 3,60 % |
| 31 a 50 Kwh | 7,20 % |
| 51 a 100 Kwh | 8,80 % |
| 101 a 200 Kwh | 12,40 % |
| 201 a 500 Kwh | 17,20 % |
| 501 a 1.000 Kwh | 24,40 % |
| acima de 1.001 Kwh | 34,00 % |

IV – CONSUMIDORES DO PODER PÚBLICO

| FAIXA DE CONSUMO DE ENERGIA | PERCENTUAL POR CONTRIBUINTE SOBRE A TARIFA ILUMIN. PÚBLICA |
|-----------------------------|--|
| 0 a 30 Kwh | 6,00 % |
| 31 a 50 Kwh | 12,00 % |
| 51 a 100 Kwh | 18,00 % |
| 101 a 200 Kwh | 24,00 % |
| 201 a 500 Kwh | 36,00 % |
| 501 A 1.000 Kwh | 48,00 % |
| acima de 1.001 Kwh | 60,00 % |

V – CONSUMIDORES PRIMÁRIOS

| FAIXA DE CONSUMO DE ENERGIA | PERCENTUAL POR CONTRIBUINTE SOBRE A TARIFA ILUMIN. PÚBLICA |
|-----------------------------|--|
| 0 a 2.000 Kwh | 66,00 % |
| 2.001 a 5.000 Kwh | 134,40% |
| 5.001 a 10.000 Kwh | 180,00% |
| 10.001 a 50.000 Kwh | 216,00% |
| acima de 50.001 Kwh | 264,00% |

Parágrafo único – O valor da contribuição, estabelecido na forma deste artigo, será apurado e cobrado, mensalmente, por meio de nota fiscal fatura, emitida pela concessionária responsável pelo fornecimento de energia elétrica.

Art. 3º - O valor da contribuição de que trata esta Lei Complementar será reajustado, na mesma ocasião e percentual aplicado às tarifas de fornecimento de energia elétrica definido pelas Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC ou pela Cooperativa de Eletrificação.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convenio com as Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC ou Cooperativa de Eletrificação, para operacionalizar a apuração e cobrança da contribuição de que trata esta Lei Complementar, bem como a respectiva prestação de serviço de iluminação pública de interesse do Município.

§ 1º - A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC ou Cooperativa de Eletrificação deverá contabilizar, mensalmente, o produto de arrecadação da COSIP, em conta própria, e fornecerá à Secretaria Municipal de Finanças, até o dia 15 do mês subsequente ao do recolhimento, o demonstrativo de arrecadação.

§ 2º - O saldo verificado no balanço da contabilidade da COSIP deverá ser aplicado pelas Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC ou Cooperativa de Eletrificação, em serviços de iluminação pública, preferencialmente nas ruas ainda não beneficiadas pelo serviço de acordo com a programação e autorização da Prefeitura Municipal de Angelina.

Art. 5º - Compete à Secretaria Municipal de Finanças a administração e fiscalização da contribuição de que trata esta Lei Complementar.

Art. 6º - O produto da arrecadação da contribuição de que trata esta Lei Complementar será integralmente destinado ao Fundo Especial para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – FECOSIP.

Parágrafo Único – A Prefeitura Municipal de Angelina poderá aplicar os recursos arrecadados pela COSIP em eventos e atividades que contenham caráter público.

Art. 7º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrario, produzindo efeitos a partir de 01/01/2003.

Angelina, 24 de dezembro de 2002.

Ailton Laudelino Andrade
Prefeito Municipal